


Francês para Objetivo Universitário no Curso de Direito:  
elaboração de um programa de ensino para a mobilidade  
acadêmica délocalisée PITES (USP-UdL) / *Français sur Objectif  
Universitaire dans le cours de droit :*  
*élaboration d'un programme d'enseignement pour la mobilité  
académique délocalisée PITES (USP-UdL)*


*Fabiana Nassif Jorge Traldi \**

Mestra pela Universidade de São Paulo, Brasil. Suas pesquisas concentram-se em didática das línguas estrangeiras, ensino e aprendizagem do Francês para Objetivo Específico e universitário em contexto presencial. Seus projetos atuais são “Enseignement e apprentissage du Français sur Objectif Spécifique juridique (FOS) et Français sur Objectif Universitaire (FOU) ».

 <https://orcid.org/0000-0003-4365-5819>

*Heloisa Brito de Albuquerque Costa \*\**

Professora na Universidade de São Paulo, Brasil. Suas pesquisas concentram-se em didática das línguas estrangeiras, formação de professores, ensino e aprendizagem do Francês para Objetivo Específico e universitário em contexto presencial e a distância. Seus projetos atuais são “Enseignement e apprentissage du Français sur Objectif Spécifique (FOS) et Français sur Objectif Universitaire (FOU) » e « Enseignement/apprentissage du français et les Technologies de l'Information et de la Communication ».

 <https://orcid.org/0000-0002-4621-6822>

**Recebido:** 26 out. 2020. **Aceito:** 03 nov. 2020.

**Como citar este artigo:**

NASSIF, Fabiana Jorge Traldi; ALBUQUERQUE-COSTA, Heloisa. Francês para Objetivo Universitário no Curso de direito – elaboração de um programa de ensino para a mobilidade acadêmica délocalisée PITES (USP-Lyon). *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 9, p. 200-217, oct. 2020.

---

\*

 [abianassif@gmail.com](mailto:abianassif@gmail.com)

\*\*

 [heloisaalbuqcosta@usp.br](mailto:heloisaalbuqcosta@usp.br)



<http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v9i5.1983>

## RESUMO

No contexto de internacionalização das universidades brasileiras, diversos acordos de mobilidade acadêmica são estabelecidos, ocasionando uma procura crescente por cursos de línguas estrangeiras. A oferta destes cursos está baseada no desenvolvimento de competências orais e escritas para a comunicação no cotidiano e não para as situações acadêmicas que envolvem a adaptação e inserção de estudantes no meio universitário estrangeiro. O objetivo deste artigo é, num primeiro momento, apresentar as características do programa de duplo diploma PITES entre a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e a Universidade de Lyon para, em seguida, descrever os dados obtidos pela aplicação dos procedimentos metodológicos que levaram à elaboração de um programa de Francês para Objetivo Universitário (FOU) para este duplo diploma. A base teórica adotada neste estudo está fundamentada em MANGIANTE; PARPETTE (2004, 2011), CARRAS et al. (2007) e ALBUQUERQUE-COSTA (2015, 2016). A contribuição deste artigo se dá no âmbito do ensino e aprendizagem do FOU para um programa de mobilidade específico, a mobilidade délocalisée, em uma área específica, do FOU em direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino do Francês para Objetivo Universitário; Internacionalização; Mobilidade Acadêmica; Francês Jurídico.

## RÉSUMÉ

*Dans le contexte d'internationalisation des universités brésiliennes, divers accords de mobilité académique sont établis ce qui cause une demande croissante des cours de langue étrangère. L'offre de ces cours s'appuie sur le développement de compétences orales et écrites pour la communication dans le quotidien et pas pour les situations académiques liées à l'adaptation et l'insertion des étudiants en milieu universitaire étranger. L'objectif de cet article est de présenter, dans un premier moment, les caractéristiques du programme de double diplôme PITES entre la Faculté de Droit de l'Université de São Paulo et l'Université de Lyon pour, ensuite, décrire les données obtenues par l'application des procédés méthodologiques qui ont permis l'élaboration d'un programme de Français sur Objectif Universitaire (FOU) adressé à ce double diplôme. La base théorique adoptée dans cette étude est de MANGIANTE; PARPETTE (2004, 2011), CARRAS et al. (2007) e ALBUQUERQUE-COSTA (2015, 2016). La contribution de cet article se situe dans l'enseignement et l'apprentissage du FOU pour un programme de mobilité spécifique, la mobilité délocalisée, dans un domaine spécifique, le FOU en droit.*

**MOTS-CLES :** Enseignement du Français sur Objectif Universitaire ; Internationalisation ; Mobilité Académique ; Français Juridique.

## 1 Introdução

No Brasil, o ensino e aprendizagem do francês como língua estrangeira (FLE) desenvolveu-se até os dias de hoje nas escolas e centros de línguas, nas universidades, em instituições públicas e particulares, em empresas e em resposta a solicitações diversas de formação. A referência principal para a oferta de cursos, para a elaboração de programas de ensino e para a formação de professores nesses contextos está baseada nos princípios metodológicos presentes nos livros didáticos franceses difundidos no mercado editorial brasileiro. São as livrarias brasileiras que importam os livros das editoras francesas como CLE International, Didier e Hachette. Na década de 1980, o livro de referência utilizado por mais de 10 anos em uma escola de língua francesa no Brasil foi o método *Archipel Français Langue Étrangère* (COURTILLON; RAILLARD, 1982) concebido segundo a abordagem comunicativa que privilegiava o ensino da língua para a comunicação em situações do dia a dia. Nos anos 1990, outros livros didáticos como por exemplo *Espaces Méthode de Français* (CAPELLE;

GIDON, 1990) veio em substituição ao primeiro livro citado, todos seguindo a mesma abordagem.

Esta oferta de cursos em língua francesa se insere no âmbito do que na didática de línguas se denomina como ensino do Francês Geral (FG), como apontam especialistas da área (CUQ; GRUCA, 2005). Assim, o ensino e aprendizagem da língua francesa são desenvolvidos por meio da comunicação em situações orais e escritas nas quais a programação proposta leva vários semestres ou anos para se considerar proficiente na língua. Esta organização e oferta de cursos se mantém até hoje nas escolas de línguas e ao se matricular em uma escola de línguas, o estudante segue os módulos que são propostos semestre a semestre (A1.1, A1.2, A2, A2.1, A2.2 .....), segundo o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL, 2001). De um modo geral, a divulgação de línguas estrangeiras e suas culturas no Brasil ocorrem desta forma.

No entanto, em situações mais pontuais, as demandas para o ensino e aprendizagem foram se modificando e as escolas de línguas passaram a receber demandas específicas de instituições como empresas, por exemplo, cujos funcionários deveriam aprender a língua para a comunicação em seus contextos de trabalho ou ainda para profissionais de uma determinada área, como o direito, que solicitavam cursos de língua francesa para a preparação aos exames de certificação ofertados pela Câmara do Comércio. Escolas de língua já registraram, por exemplo, demandas de cursos para uma funcionária de uma empresa têxtil que deveria aprender francês para realizar um estágio na França por um período de quinze dias ou ainda cursos de francês em cidades do Brasil para funcionários que deveriam se comunicar em francês devido à empresa ser de origem francesa. O material indicado para os cursos ministrados foi o mesmo utilizado em cursos regulares desta escola.

Para demandas de tal natureza, quais seriam os materiais didáticos adequados para responder a necessidades de comunicação tão específicas? Quais atividades seriam desenvolvidas? Quanto tempo de curso seria necessário para responder às necessidades desse tipo de demanda? Quais são as situações de comunicação orais e escritas em que a língua seria utilizada?

Na didática das línguas estrangeiras, tais demandas se enquadrariam em cursos de línguas para objetivos específicos, uma vez que a solicitação tinha um propósito pontual, não se tratava de enquadrar o estudante em cursos sequenciais de longa duração e o uso da língua,

nesses casos, seria em um contexto profissional. Segundo os especialistas Mangiante e Parpette (2004), estes cursos são definidos como cursos de *Français sur Objectif Spécifique* (FOS) ou cursos de *Français de Spécialité* (FS).

Para atender a demandas específicas, nos anos de 1960 e 1970, desenvolveram-se, no Brasil, cursos de francês para o desenvolvimento de uma determinada competência, como a competência leitora. Isso ocorreu na área do ensino da leitura de textos acadêmicos, o que na didática ficou conhecido como cursos de *Français Instrumental* (FI), cursos que existem até hoje nas universidades brasileiras. Nestes casos, o material é específico e é elaborado por professores de francês que se especializam no ensino da leitura (PIETRAROLA; ALBUQUERQUE-COSTA, 2014).

Nos últimos anos, com as várias políticas de incentivo à internacionalização das universidades visando à mobilidade de estudantes e também de professores-pesquisadores junto às Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras, as demandas por uma formação em língua francesa voltada às necessidades de comunicação oral e escrita em contexto universitário foram se configurando como uma área da didática das línguas na qual a intervenção pedagógica deveria ser mais específica. Mangiante e Parpette (2011) a denominam de *Français sur Objectif Universitaire* (FOU), na medida em que há uma demanda específica, objetivos a serem atingidos relativos às situações às quais o estudante estará confrontado em meio universitário, como a compreensão e produção de textos acadêmicos, a compreensão de aulas expositivas, entre outros. Mais uma vez, as escolas de línguas, seguindo o programa de ensino e aprendizagem do Francês Geral (FG) não têm uma resposta concreta para a formação comunicativa, linguística e intercultural destes estudantes.

É, portanto, neste contexto de formação para a mobilidade acadêmica, no ensino e aprendizagem do FOU que apresentamos, neste artigo, a particularidade de um programa elaborado para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), cuja especificidade é o tipo de mobilidade que propõe, a saber, a mobilidade acadêmica délocalisée que detalharemos mais adiante. As reflexões aqui desenvolvidas são feitas a partir dos dados coletados em uma pesquisa de mestrado realizada na USP junto ao Programa de mobilidade acadêmica PITES (Parceria Internacional Triangular de Ensino Superior) firmado entre a USP e a Universidade de Lyon (UdL).

Assim, num primeiro momento, apresentamos as características da internacionalização na Faculdade de Direito da USP; em seguida, a análise dos livros didáticos disponíveis no mercado editorial francês para a formação em francês jurídico e, para terminar, os dados coletados, segundo a démarche FOU (MANGIANTE; PARPETTE, 2004) junto aos estudantes do programa PITES que nos forneceram os subsídios para a elaboração do programa FOU.

## 2 A internacionalização na Faculdade de Direito da USP - o Programa de mobilidade délocalisée PITES

Os programas de internacionalização da USP, ao longo dos últimos anos, se concretizaram por meio de acordos em duas modalidades de intercâmbio, a saber, intercâmbios para curto período, denominados de intercâmbios acadêmicos nos quais o estudante cursa matérias à sua escolha e depois obtém a validação dos créditos como disciplinas optativas e a modalidade de duplo diploma tanto na graduação como na pós-graduação. Nessa modalidade de duplo diploma, o estudante matriculado em uma determinada unidade da USP tem a possibilidade de cursar parte de sua graduação ou pós-graduação em uma IES estrangeira.

Esse estudo, um recorte da pesquisa de mestrado<sup>1</sup> realizada, analisamos o programa de duplo diploma na área do Direito na USP, o programa PITES, cuja particularidade é a característica da mobilidade acadêmica, a mobilidade *délocalisée*. Nesta modalidade, não são os estudantes que se deslocam até a IES de Lyon, mas sim os professores franceses de Lyon que vêm até São Paulo para ministrarem aulas de Direito Francês aos estudantes integrantes do programa na USP.

Esta característica traz ao programa alguns desafios. O primeiro se refere ao número de estudantes para cada uma das turmas do PITES que é por volta de 90 (até o momento o programa recebeu por volta de 560 inscritos) e a formação que receberam em língua francesa, no momento de integração ao PITES, foi a de um ensino geral, não focalizado na área do direito; o segundo aspecto é o oferecimento das disciplinas que são propostas em bloco e foram previamente acordadas entre as universidades parceiras do programa. E, uma terceira

---

<sup>1</sup> Pesquisa de mestrado realizada na USP entre 2017 e 2019, intitulada “O Programa PITES de duplo diploma da Faculdade de direito da Universidade de São Paulo: análise acadêmica e de competências linguísticas para a elaboração de um programa de ensino do francês jurídico em contexto universitário”.

particularidade é que os professores franceses do programa PITES exigem dos estudantes a realização de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas francesas, o que para eles é algo desconhecido. Além disso, após os alunos realizarem seus estudos no PITES no Brasil, eles têm a oportunidade de ir para Lyon completar sua formação na França.

Esse programa foi formalizado em 2013 entre Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP) e as Universidades de Lumière Lyon 2, Jean Moulin Lyon 3 e Jean Monnet Saint-Étienne, hoje integrantes do complexo Idex-Lyon (UdL). O objetivo do PITES é diplomar os estudantes selecionados da FD/USP em direito francês, o que corresponde ao diploma de licence na França. Esta formação tem duração de 3 anos e os estudantes interessados em cursá-la devem se inscrever no 3º ano (5º semestre no Brasil) do curso. São oferecidas 90 vagas por turma, distribuídas entre as 3 universidades de Lyon, que ficam responsáveis pelos estudantes, os quais devem cursar e serem aprovados em 10 disciplinas previamente acordadas pelo convênio.

No que se refere ao perfil dos estudantes, para que eles sejam aceitos no programa, é necessário que comprovem a proficiência na língua francesa, nível B1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL, 2001). Os estudantes podem realizar um ou dois semestres em Lyon, mas esta possibilidade é opcional.

Em relação ao PITES, o quadro abaixo apresenta uma síntese das características do programa.

Quadro - síntese do Programa PITES

▪ Programa de Formação	▪ Duplo diploma
▪ Destinatários	▪ Estudantes de direito da São Francisco
▪ Requisitos para entrar no PITES	▪ Apresentar o histórico escolar e comprovar a proficiência em francês nível B1 do QECRL
▪ Comprovação do nível B1	▪ Por meio de atestado de certificação oficial ou uma declaração a ser preenchida por escola de idioma ou professor particular
▪ Critério de preenchimento das vagas	▪ Média normalizada do histórico escolar da FD-USP
▪ Obtenção do duplo diploma	O estudante deve ter: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Cursado 10 disciplinas de direito francês</li><li>▪ Obtido nota igual ou superior a 10/20 pelo sistema de compensação de notas</li><li>▪ 70% de participação em trabalhos dirigidos</li><li>▪ Concluído o ciclo de graduação brasileiro</li></ul>
▪ Distribuição das disciplinas	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ L1: 1 disciplina 1ºsem e 2 disciplinas 2ºs</li><li>▪ L2: 2 disciplinas 1ºsem e 2 disciplinas 2ºs</li><li>▪ L3: 2 disciplinas 1ºsem e 1 disciplina 2º s</li></ul>

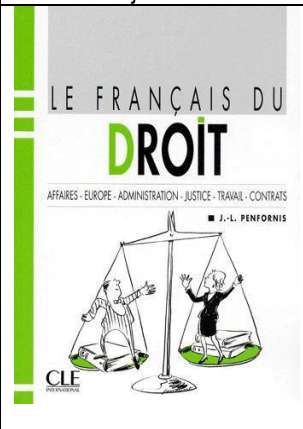
▪ Duração da formação	▪ 3 anos, não podendo exceder a 6 anos o prazo de conclusão
▪ Número de vagas	▪ 90 vagas por ano, distribuídas entre as parceiras (30 cada uma)
▪ Intercâmbio	▪ É permitido cursar 1 ou 2 semestres nas universidades da UdL de Lyon.
▪ Desligamento do programa	▪ Caso o estudante seja reprovado pela 3ª vez na mesma disciplina

Fonte – elaborado pelas autoras

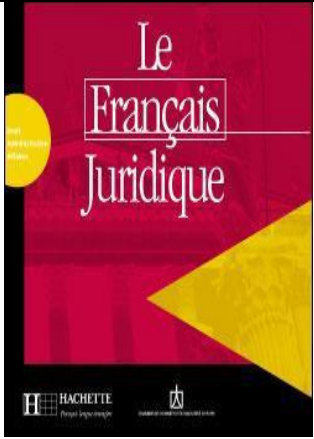
### 3 Livros didáticos para ensino do francês jurídico: por que não são adequados ao FOU-PITES ?

Os livros didáticos existentes na área do ensino do francês jurídico foram publicados atendendo a uma demanda da Câmara de Comércio e Indústria de Paris (CCIP) que oferece aos profissionais da área o Diploma de Francês Profissional (DFP)<sup>2</sup>. Os livros existentes na área são: Le Français du Droit, publicado pela editora CLE International, em 1988, e Le Français Juridique, publicado pela editora Hachette, em 2003. As suas características são:

Quadro – Livros didáticos de francês jurídico

Livro didático – Francês jurídico	Características
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Data de publicação – 1988.</li> <li>• Público-alvo – estudantes que tenham estudado 150 horas de francês.</li> <li>• Objetivos: iniciar o público-alvo ao direito francês e europeu; treinar os estudantes a enfrentar as situações rotineiras da vida jurídica; dominar a comunicação jurídica escrita e oral, por meio das atividades.</li> <li>• Conteúdos abordados nas 6 unidades: Aspectos da vida jurídica; Os atores da justiça; Direitos e bens das pessoas jurídicas; As obrigações; A vida dos negócios; As relações do trabalho.</li> <li>• Metodologia – a partir dos textos de cada unidade são propostas atividades de compreensão e expressão orais e escritas, bem como exercícios centrados no uso do léxico e na gramática e também em aspectos linguísticos jurídicos (seção intitulada “comment dire”). Ao final de cada unidade são propostas questões de múltipla escolha sobre o conteúdo tratado.</li> </ul>

<sup>2</sup> DFP abrange 7 setores de atividades : Des Affaires; Sciences & techniques; Droit; Santé; Relations internationales; Tourisme/Hôtellerie/Restauration e Mode. (CCI PARIS ILE-DE-FRANCE. Le Diplôme de Français Professionnel du Centre de langue française fait peau neuve. 15 fev. 2017. Disponível em: <http://www.cci-paris-idf.fr/formation/centres-observatoires/centre-de-langue-francaise/nouveau-diplome-de-francais-professionnel-formation>. Acesso em: 19 jun. 2019.

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data de publicação – 2003.</li><li>• Público-alvo – estudantes que comprovem nível B1 do francês de acordo com QECRL.</li><li>• Objetivos: introduzir o vocabulário jurídico, os conhecimentos de temas da área jurídica e a sua implementação profissional; aprofundar do léxico de especialidade e da fraseologia do direito; desenvolver a prática do francês escrito e oral num contexto específico.</li><li>• Conteúdos abordados nas 10 unidades: Ramos e fontes do direito; o Quadro institucional nacional; as instituições europeias; as jurisdições; atores e processos; as pessoas jurídicas: direitos, obrigações, bens, responsabilidade; vida e morte das empresas e das sociedades; as relações profissionais internas da empresa; clientes, parceiros e concorrentes e as relações entre as empresas e os poderes públicos.</li><li>• Metodologia – As 10 unidades são divididas em seções. Cada seção inicia com documentos escritos e atividades de compreensão e expressão escritas e orais, assim como exercícios sobre léxico e fraseologia do Direito e da língua administrativa. Ao final de cada unidade há exercícios recapitulativos e também um portfolio para auto-avaliação dos conhecimentos e os savoir-faire adquiridos.</li></ul>
---	--

Fonte - elaborado pelas autoras

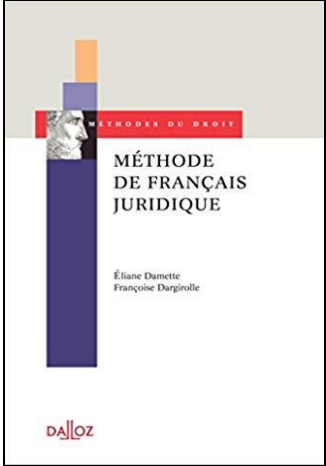
O que podemos depreender destes dois livros didáticos:

- a concepção metodológica dos livros corresponde à abordagem comunicativa. No entanto, a ênfase é dada à aquisição de vocabulário específico, à compreensão de textos informativos sobre a área;
- Os livros didáticos foram concebidos com o objetivo de preparar os alunos para obter a certificação do francês jurídico pela CCIP, assim eles abordam as competências de compreensão e expressão escritas e orais exigidas para a obtenção do diploma.
- Os conteúdos são restritos a alguns temas gerais do Direito, não tratando, portanto, de temas ou metodologias ligadas ao contexto universitário e à mobilidade acadêmica dos estudantes.

É necessário mencionar, ainda, um terceiro livro, mais recente, de 2012, publicado pela editora Dalloz o livro *Méthode de Français Juridique*, no qual o foco do trabalho metodológico é o desenvolvimento de competências discursivas próprias à área jurídica. O livro é destinado a estudantes que vão iniciar uma graduação em Direito (Licence de Droit L1) em universidades francesas, assim como estudantes estrangeiros que assistem aos cursos de direito francês em seus países de origem e aos tradutores e intérpretes jurídicos. As suas características são:

Quadro – Livro didático de francês jurídico mais recente



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data de publicação: 2012</li><li>• Público-alvo: estrangeiros que devem possuir um nível mínimo de francês B2 de acordo com o QECRL.</li><li>• Objetivos: melhorar a compreensão de tipos diferentes de textos jurídicos, redigir de forma eficaz e com mais facilidade os exercícios específicos de direito e dominar a técnica da lógica e da argumentação jurídica.</li><li>• Conteúdos abordados: Os conteúdos são estruturados em 7 capítulos e se fundamentam em três níveis de dificuldade: um nível elementar, dividido em 3 capítulos, Cap. 1 – O Direito na França, Cap. 2 – União Europeia, Cap. 3 – As jurisdições e o processo; um nível intermediário, Cap. 4 – Liberdades Fundamentais: a liberdade, a legalidade, Cap. 5 – As Obrigações: o contrato, Cap. 6 – Direito Constitucional e o último, nível superior, focado em técnicas argumentativas e abrange o Cap. 7 – Direito Penal Internacional.</li><li>• Metodologia: Em cada um dos capítulos o livro aborda exercícios sobre: compreensão e características discursivas dos textos jurídicos, o vocabulário jurídico, a gramática, a construção dos textos jurídicos e a argumentação em direito.</li></ul>
---	--

Fonte – elaborado pelas autoras

Esse livro traz aspectos pertinentes ligados à construção do discurso jurídico, o contexto de utilização de cada gênero. Não se trata de um livro elaborado para os certificados da CCIP, nem para um curso de Francês jurídico nos moldes das publicações das editoras de Francês Língua Estrangeira – Hachette e CLE International. Mas, é preciso salientar também que não se trata de um material no qual se aplica a um programa de FOU. Isto porque, entendemos que a démarche FOS/FOU identifica as particularidades de cada contexto e, no nosso caso, as características da mobilidade délocalisée do Programa PITES. Assim, para responder à problemática de elaboração de um programa FOU-PITES, aplicamos as etapas metodológicas, como mostraremos na próxima seção.

#### 4 A démarche FOU para o programa PITES

Como já foi mencionado anteriormente, ao contrário do que ocorre em cursos regulares de Francês Geral em instituições de ensino de línguas, onde são tratados temas do cotidiano, o enfoque do FOU se baseia na identificação e análise de necessidades relacionadas às competências exigidas no meio acadêmico.

As etapas metodológicas do ensino de línguas para objetivos específicos (FOS) se desenvolvem seguindo as orientações propostas por Mangiante e Parpette, (2004). No que diz respeito ao francês em contexto universitário (FOU), segundo os preceitos dos autores

supracitados (2011), por se tratar de uma declinação do primeiro, as etapas metodológicas seguem a mesma orientação, a saber:

- Identificação da demanda;
- Análise das necessidades;
- Coleta de dados;
- Análise de dados
- Elaboração de um programa de francês FOU e didatização.

Assim, para melhor conhecer o contexto do PITES e suas características visando à formação dos estudantes para a mobilidade délocalisée, procedemos ao detalhamento de todas as etapas.

Segundo Mangiante e Parpette (2004; 2011), a solicitação de um curso (uma demanda concreta) pode ser proveniente de uma instituição, de uma empresa ou de um organismo, os quais solicitam uma formação de francês a um público determinado, com objetivo e tempo devidamente definidos. Normalmente, a demanda apresenta esses requisitos de forma explícita, o que facilita a elaboração do programa por parte do professor, porém na ausência desses requisitos caberá ao professor estabelecer contatos com os responsáveis para identificar todos os aspectos que permitem caracterizar esta primeira etapa.

Neste primeiro momento, é primordial identificar o tipo de público, o objetivo e o tempo destinado ao aprendizado da língua francesa, os quais serão determinantes na concepção de uma formação. No que diz respeito ao público, é necessário que o solicitante informe de forma explícita o número de estudantes, bem como o nível de proficiência que cada um se encontra no momento da solicitação e outras informações pertinentes à caracterização do grupo. Quanto aos objetivos do curso, estes devem ser bem explicitados, tanto aqueles esperados por parte da instituição, quanto os específicos dos aprendizes. No que se refere ao tempo de duração do curso, este é importante para definir o formato do curso, já que será levado em conta o tempo disponível que os estudantes têm para aprender, o que influenciará na escolha das modalidades de atividades, dos conteúdos e das competências a ser priorizadas.

Carras et al. (2007, p. 25) apontam as seguintes questões para orientar o professor nesta etapa: A demanda é específica? O público é claramente identificado? Os objetivos do

público correspondem àqueles do solicitante? O objetivo fixado pelo solicitante parece razoável em relação ao tempo disponível para a formação?

No caso do PITES, procedemos ao levantamento dos documentos que envolveram a instalação do programa de formação na FD/USP e o perfil dos estudantes. Para tanto, foi aplicado um questionário aos estudantes, composto por 28 questões relacionadas ao perfil e questões relacionadas às dificuldades para participar do programa. Os documentos nos permitiram compreender de forma detalhada o funcionamento do programa, como a carga horária estipulada, as disciplinas integrantes do programa, e a forma como elas são oferecidas. Além disso, identificamos o nível de proficiência de francês, bem como o tempo e a forma como os estudantes se prepararam para o programa e, por fim, se tinham interesse em fazer intercâmbio na França.

A etapa seguinte consistiu na análise das necessidades em relação às situações comunicativas com as quais os aprendizes estariam confrontados, ou seja, quais saberes (*savoirs*) e os *savoir-faire* (atos de linguagem) estariam presentes no contexto de mobilidade (MANGIANTE; PARPETTE, 2004; CARRAS et. al., 2007).

No caso do PITES, os estudantes são expostos a conteúdos específicos das disciplinas relativas ao direito francês, mas estão inseridos em um meio acadêmico que conhecem, a sua própria faculdade de direito da USP. As questões que diferenciam o meio universitário brasileiro do francês neste modelo de mobilidade estão relacionadas a questões acadêmicas de organização e elaboração dos trabalhos para cada disciplina, à compreensão oral das aulas em francês, ao registro das aulas que pode ser em francês ou em português.

Nesta etapa as ações que realizamos consistiram em entrevista com os responsáveis pelo programa PITES na FD/USP, a fim de levantar informações sobre o funcionamento do programa, bem como sobre as dificuldades dos estudantes durante o curso por meio da aplicação do questionário-dificuldades aos estudantes.

Os dados obtidos nos dois questionários nos forneceram as informações para a identificação das necessidades de formação em francês, ou seja, as competências linguístico-discursivas que os estudantes deveriam adquirir durante a realização do programa FOU-PITES.

A etapa seguinte da coleta de dados é o ponto principal da *démarche méthodologique* do FOS/FOU, pois neste momento os dados são coletados a partir do levantamento realizado na etapa anterior, para que o professor-elaborador possa confirmar, complementar ou mesmo

modificar as situações recenseadas por ele anteriormente (MANGIANTE; PARPETTE, 2004). Carras et al., afirmam que é, neste momento, que o professor vai buscar des *donnés authentiques*, isto é, “[...] o professor deve, na medida das suas possibilidades, se deslocar, ir até o local, se informar dos discursos que são lá praticados, coletar os escritos profissionais, gravar, filmar cenas da vida profissional, etc” (2007, p. 31, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Nesta perspectiva, Mangiante e Parpette (2004) distinguem os dados existentes e os dados solicitados. Os primeiros são aqueles que estão disponíveis na internet, ou documentos específicos próprios ao contexto profissional e/ou acadêmico, entre outros. Os dados solicitados são aqueles que o professor-elaborador solicita aos sujeitos do contexto, como entrevistas, filmagem de atividades profissionais, de aulas, entre outros.

De acordo com os autores

Dois tipos de dados fornecidos localmente podem também ser discriminados: de um lado, os discursos existentes, que circulam naturalmente, de outro lado, os discursos solicitados pelo elaborador para as necessidades de formação cuja função de explicação das situações tratadas é essencial. (MANGIANTE; PARPETTE, 2004, p. 58, tradução nossa).

Assim, a fim de investigar como os estudantes se inseriam no Programa PITES e seus desdobramentos, solicitamos ao professor francês (Lyon 3) ministrante da disciplina Direito da União Europeia o seu plano de aula da disciplina e a filmagem de duas das suas aulas e também aos coordenadores do curso as provas dos estudantes da mesma disciplina.

As duas aulas expositivas (aulas 1 e 2) filmadas trataram de conteúdo da disciplina e explicação sobre a metodologia de realização dos trabalhos universitários na área do direito. O plano de aula nos mostrou a estrutura e organização dos conteúdos a serem ministrados, obedecendo aos mesmos moldes estruturais de uma dissertação à la française. E as provas evidenciaram as dificuldades dos estudantes.

A coleta de dados, portanto, pressupõe da parte do professor-elaborador um planejamento de ações necessárias para a finalização da proposta de programa de ensino. Após coletar todos os dados necessários, o que não é tarefa fácil, pois se trata de *un travail de reportage* (MANGIANTE; PARPETTE, 2016), passa-se para a próxima etapa, a da análise de dados.

---

<sup>3</sup> Texto original : l'enseignant doit, dans la mesure de ses possibilités, se déplacer, aller sur le terrain, s'informer des discours qui s'y pratiquent, recueillir les écrits professionnels, enregistrer, filmer des scènes de la vie professionnelle, etc.

Nesta etapa o professor-elaborador analisa os documentos orais e escritos coletados, para proceder à elaboração do programa. Trata-se de uma análise mais detalhada do discurso especializado por meio da identificação dos componentes linguístico-discursivos, dos aspectos gramaticais, do léxico próprio de uma área e das situações de comunicação oral e escrita que demandarão essas competências. Isso exige do professor/elaborador uma análise para a seleção do que será utilizado. Alguns passam por uma adaptação aos objetivos e ao nível linguístico dos aprendizes (CARRAS, et al., 2007).

A etapa de didatização dos documentos autênticos coletados e a elaboração das sequências didáticas do programa são, segundo Albuquerque-Costa e Parpette “[...] o que dá sentido a tudo o que a precede, é a etapa final do processo [...]” “[...] É aquela que aproxima o professor-elaborador de seu trabalho habitual de preparação das aulas”, como a escolha dos conteúdos, das competências, dos enunciados das atividades, etc (2016, p. 33-34, tradução nossa)<sup>4</sup>.

De acordo com Carras et al., (2007), na elaboração das atividades, todos os tipos de exercícios podem ser utilizados em uma formação FOS/FOU como compreensão escrita e oral, atividades para preencher lacunas, exercícios de correspondência, questões de múltipla escolha, entre outros, ou ainda na expressão escrita e oral, como produção de textos, exercícios de reformulação, entre outros.

Assim, nesta etapa os resultados da démarche FOS/FOU aplicada ao programa PITES nos mostrou que a compreensão oral das aulas não era o foco central, mas era mobilizada juntamente com a compreensão escrita da bibliografia indicada para sua preparação à produção de textos, ou seja, ao que seria demandado nas avaliações.

Além disso, os dados apontaram que os estudantes declaram ter o nível B1 (QECRL), mas a partir da análise das avaliações, foi possível inferir que estão em fase de aquisição do B2 (QECRL). Dessa forma, consideramos que o programa FOU-PITES pode ser elaborado

---

<sup>4</sup> Texto original. L'élaboration des séquences, si elle est naturellement l'aboutissement indispensable qui donne son sens à tout ce qui précède, n'est que l'étape finale du processus ». [...] La dernière étape est celle de l'élaboration des séquences pédagogiques. C'est celle qui rapproche l'enseignant-concepteur de son travail habituel de préparation de cours ».

considerando as competências do B1 e do B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL) e sua adaptação ao discurso jurídico como mostra o quadro abaixo

Quadro – Competências B1 e B2 do QECRL

Competências	Nível B1 QECRL	Nível B2 QECRL	B1-B2 QECRL - direito
Leitura	Sou capaz de compreender textos em que predomine uma linguagem corrente do dia-a-dia ou relacionada com o trabalho. Sou capaz de compreender descrições de acontecimentos, sentimentos e desejos, em cartas pessoais.	Sou capaz de ler artigos e reportagens sobre assuntos contemporâneos em relação aos quais os autores adotam determinadas atitudes ou pontos de vista particulares. Sou capaz de compreender textos literários contemporâneos em prosa.	Sou capaz de ler textos da área jurídica de diferentes gêneros.
Escrita	Sou capaz de escrever um texto articulado de forma simples sobre assuntos conhecidos ou de interesse pessoal. Sou capaz de escrever cartas pessoais para descrever experiências e impressões.	Sou capaz de escrever um texto claro e pormenorizado sobre uma vasta gama de assuntos relacionados com os meus centros de interesse. Sou capaz de redigir um texto expositivo ou um relatório, transmitindo informação ou apresentando razões a favor ou contra um determinado ponto de vista. Consigo escrever cartas evidenciando o significado que determinados acontecimentos ou experiências têm para mim.	Sou capaz de escrever textos para desenvolver uma temática e comentários de textos – artigos de códigos, temas polêmicos e ligados a promulgação de sentenças

Fonte – quadro elaborado pelas autoras

O quadro explica o que seria específico para a leitura e a escrita em um programa de FOU-direito. Quando colocamos a passagem do B1 para o B2, entendemos que a formação em língua é processual e em espiral, ou seja, delimitar o nível de proficiência de um aluno está relacionado à sua necessidade de obter uma certificação e, neste caso, os exames internacionais vão enquadrá-lo em um determinado nível.

No que concerne a um curso FOU-Direito, entendemos que é possível pensar na progressão e também associar competências em se tratando de um curso específico para o PITES, ou seja, trabalhar conjuntamente a compreensão escrita e a produção escrita. Assim, é possível direcionar a elaboração do programa para os aspectos transversais relativos às competências de leitura e escrita em francês e aspectos disciplinares.

Os aspectos transversais estariam voltados ao desenvolvimento de estratégias de leitura de textos na área das disciplinas do programa PITES, buscando verificar como os estudantes constroem o sentido dos textos jurídicos de diversos gêneros.

Os aspectos disciplinares estariam voltados às produções escritas para o desenvolvimento de textos curtos (dissertações-curtas, como foi observado nas provas) ou de comentários de textos, mais específicos de um gênero que pode ser – artigos de um dos códigos (artigos do código civil, internacional, entre outros) ou temas polêmicos na sociedade em várias áreas do direito (discussão sobre uma tarifa única no comércio internacional, por exemplo) ou ainda os comentários de decisões (commentaires d'arrêt), como a lei da homofobia.

Assim, um primeiro aspecto a ser considerado no programa FOU-Direito diz respeito aos temas tratados nas disciplinas do PITES, o que leva o professor-elaborador a uma seleção de documentos que estejam relacionados ao que o professor francês vai tratar na disciplina. Na modalidade de duplo diploma esta antecipação é possível, pois as disciplinas são pré-estabelecidas.

#### 4 O programa FOU- direito (PITES USP-UdL)

O programa foi denominado “Programa FOU-DROIT – Leitura e produção de textos em direito” e seu detalhamento está no quadro a seguir.

Quadro – Programa FOU-DROIT

PROGRAMA FOU-DROIT – LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM DIREITO PITES – USP-Lyon
Público-alvo: estudantes de direito da FD-USP do PITES
Carga horária: 30h
Nível de proficiência em francês: B1
Modalidade: Presencial (80%) e virtual - moodle (20%)
Objetivos gerais: <ul style="list-style-type: none"><li>• Contribuir para a formação em língua francesa para contexto acadêmico dos estudantes inscritos no programa PITES.</li><li>• Implantar um programa de FOU-direito em leitura e produção de textos relacionados aos trabalhos acadêmicos exigidos no PITES.</li><li>• Mobilizar saberes e competências dos estudantes em língua francesa e na área jurídica.</li></ul>

Objetivos específicos:

- Aperfeiçoar as estratégias de compreensão de textos jurídicos.
- Identificar a organização textual de textos de gêneros variados e suas especificidades linguístico-discursivas.
- Produzir comentários de textos da área jurídica.
- Sistematizar o vocabulário específico da área jurídica.
- Iniciar a reflexão sobre a compreensão e a elaboração de uma dissertação "à la française".

Conteúdos:

1. Leitura de textos jurídicos de gêneros variados: Desenvolvimento de estratégias de leitura. Identificação da organização textual dos textos. Exercícios de construção e desconstrução dos textos. Identificação dos marcadores lógicos dos gêneros trabalhados.
2. Leitura e produção de comentários de textos jurídicos. Identificar as características dos gêneros, sua estrutura textual e seus marcadores específicos.
3. Iniciação à dissertação. Metodologia de escrita da dissertação em francês. Compreensão de sua organização em partes e de suas especificidades linguístico-discursivas. Produção do plano de escrita da dissertação e de cada parte a partir de temáticas ligadas às disciplinas do PITES.

Modalidades de trabalho e Avaliação:

As modalidades de trabalho alternam-se entre o individual e o grupo.

A avaliação é contínua pela realização de todas as atividades propostas em sala de aula e as desenvolvidas na plataforma moodle.

Bibliografia

DAMETTE, Éliane. Didactique du français juridique. Français langue étrangère à visée professionnelle. Paris: L'Harmattan, 2007.

DAMETTE, Éliane ; DARGIROLLE, Françoise. Méthode de français juridique. Paris: Dalloz, 2017.

Textos extraídos dos códigos de Leis brasileiros e franceses.

Documentos coletados no PITES.

Sites de língua francesa para apoio linguístico.

Dicionários jurídicos online

Fonte – Quadro elaborado pelas autoras

Como já foi colocado anteriormente, o programa concebido é uma das etapas finais que é seguida da elaboração didática das atividades. Isto significa que o professor-elaborador ainda tem como tarefa a didatização de todos os documentos, a definição das modalidades de atividades que serão desenvolvidas no curso. No âmbito da pesquisa desenvolvida, de 2017-



2019<sup>5</sup>, a démarche FOS/FOU foi totalmente concluída. No entanto, a oferta do programa será feita a uma das turmas PITES da Faculdade de Direito da USP no ano de 2021.

### Considerações Finais

O ensino e aprendizagem de língua estrangeira em contexto específico, o ensino do Francês Para Objetivo Universitário (FOU), constitui um processo complexo, na medida em que cabe ao professor fazer um inventário de uma série de requisitos antes de conceber uma formação de ensino em FOU. Num contexto específico, os programas de ensino são particulares a cada demanda de modo que a *démarche méthodologique* do FOS/FOU deve ser aplicada em todas as suas etapas para definir com precisão a demanda, o público-alvo, os conteúdos, as competências linguísticas e discursivas a serem desenvolvidas, os materiais e documentos orais e escritos a serem utilizados e as atividades a serem priorizados numa formação.

Assim, ao desenvolver o estudo no âmbito do programa de duplo diploma PITES (Parceria Internacional Triangular de Ensino Superior) da Faculdade de Direito da USP, sendo o objetivo principal, a elaboração de um programa de ensino de FOU-Direito para contribuir com o programa de mobilidade dos estudantes, o planejamento e a aplicação dos procedimentos metodológicos apontados por Mangiante e Parpette (2004, 2011) foram essenciais para este trabalho de investigação. O referencial teórico adotado nos permitiu compreender as etapas metodológicas preconizadas pelos especialistas no assunto. Com base nessas etapas pudemos identificar os elementos essenciais que devem ser desenvolvidos para se chegar à elaboração do programa FOU-Direito.

O programa PITES da Faculdade de Direito da USP representa um caso significativo dessas novas demandas do século XXI e sua relevância está na articulação de ações para a internacionalização das universidades, no ineditismo de um programa de preparação para a mobilidade em uma área específica de conhecimento e na possibilidade de criar novos espaços

---

<sup>5</sup> Pesquisa de mestrado realizada na USP entre 2017 e 2019, intitulada “O Programa PITES de duplo diploma da Faculdade de direito da Universidade de São Paulo: análise acadêmica e de competências linguísticas para a elaboração de um programa de ensino do francês jurídico em contexto universitário”.

de ação de ensino e ação de pesquisa que ele proporciona aos professores-pesquisadores de francês.

Quanto ao alcance dos resultados, entendemos que a pesquisa pode servir de exemplo para futuros professores, uma vez que apresenta o passo a passo de uma formação FOS-FOU, com o detalhamento de todas as etapas metodológicas previstas em formações em francês para contextos específicos.

Além disso, o programa de formação FOU-Direito proposto pode ser aplicado futuramente aos estudantes do PITES-USP, o que abre caminhos para a continuidade desta pesquisa.

## Referências

- ALBUQUERQUE-COSTA, H. B. de.; PARPETTE, C. Français sur Objectif Universitaire méthodologie, formation des enseignants et conception de programmes. São Paulo Humanitas Paulistana AUF, 2016.
- CAPELLE G.; GIDON N., Espaces : Méthode de Français. Paris : Hachette, 1990
- CARRAS, C.; TÔLAS, J. ; KOHLER.; P, SZILAGYI., E. Le français sur objectifs spécifiques et la classe de langue. Paris: CLE International, 2007.
- COUTILLON J. ; RAILLARD S., Archipel Français Langue Étrangère. Didier : 1982
- CUQ, J. P.; GRUCA, I. Cours de didactique du français langue étrangère et seconde. Grenoble: PUG, 2005.
- DAMETTE, E.; DARGIROLLE, F. Méthode de français juridique. Paris : DALLOZ, 2012
- MANGIANTE, J. M; PARPETTE, C. Français sur objectif spécifique : de l'analyse des besoins à l'élaboration d'un cours. Paris: Hachette, 2004.
- MANGIANTE, J. M; PARPETTE, C. Français sur objectif universitaire. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2011.
- PENFORNIS, J. L. Le français du droit. Paris: CLE International, 1998.
- PIETRAROIA, C. M. C; ALBUQUERQUE-COSTA, H. B. de. Leitura(s) em francês lingua estrangeira. São Paulo: Paulistana, 2014.
- QECRL - Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação. Porto: Edições ASA: 2001.
- SOIGNET, M. Le français juridique. Paris: Hachette, 2003.